

-----**ACTA N.º 204**-----

----- Aos vinte e seis dias do mês de Fevereiro de dois mil e dez, nesta vila de Sever do Vouga e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Dr. José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 54º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro (nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro). -----

-----**Ordem de Trabalhos**-----

1. Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara -----
 2. Período de antes da Ordem do Dia -----
 - 2.1– Correspondência; -----
 - 2.2 – Intervenções. -----
 3. Ordem do dia -----
 - 3.1 – Conselho Municipal de Segurança – Tomada de posse -----
 - 3.2 - Regimento -----
 - 3.3 – Modificação Orçamental - Conhecimento -----
 - 3.4 – 1ª Revisão Orçamental -----
 - 3.5 – Desafecção – Rocas do Vouga -----
 - 3.6 - Conselho da Comunidade do ACES Baixo Vouga I -----
 - 3.7 - Revisão do PDM – Conhecimento -----
 - 4 - Outros assuntos -----
 - 5 - Período destinado ao público -----
- Passava pouco das dezassete horas quando o presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão. -----
- Seguidamente, o presidente deste órgão solicitou ao primeiro secretário que verificasse se havia quórum e procedesse à chamada. -----
- Depois de realizada a chamada, constatou-se a presença dos membros: -----
- 1) Albino Tavares de Pinho -----
 - 2) Alexandre Paulo Tavares Machado -----
 - 3) Álvaro de Pinho Duarte -----
 - 4) Ana Raquel Machado e Costa -----
 - 5) António da Silva Portela -----
 - 6) Belmiro Manuel Marques -----
 - 7) Carlos Alexandre Arede da Silva -----
 - 8) Cipriano de Arede Nogueira -----
 - 9) Claudia Maria Rodrigues da Silva -----
 - 10) David Dias Cabral -----
 - 11) David da Silva Alves -----
 - 12) Ercília Maria Marques Pedro -----
 - 13) Fernando da Silva Oliveira -----
 - 14) Haroldo Soares da Silva Balaias -----
 - 15) Isabel Maria Soares dos Santos -----
 - 16) Joana Patrícia da Silva Rodrigues -----
 - 17) João Pereira Henriques -----
 - 18) José Carlos Ribeiro de Sousa -----
 - 19) José Luís da Silva e Almeida -----
 - 20) José Manuel Barbosa de Almeida e Costa -----
 - 21) Júlio Martins Fernandes -----

- 22) Manuel Eduardo Nogueira Dias da Silva -----
- 23) Marco Nuno Tavares Rocha -----
- 24) Mário Coutinho Martins -----
- 25) Nuno Miguel Pereira Martins Ferreira -----
- 26) Rui Manuel Jesus Nunes -----
- 27) Rui Manuel Pires da Silva -----
- 28) Sandra Henriques da Silva -----
- 29) Alexandre Fernandes Tavares -----

----- Na sequência da comunicação apresentada por Renata Liliana da Costa Marques, ao abrigo do art.º 78º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada através da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e art.º 56º do Regimento, foi convocado através de protocolo, nos termos do art.º 79º do mesmo diploma e art.º 57º do Regimento, o senhor Alexandre Fernandes Tavares, que a substituiu nesta sessão. -----

----- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de Manuel da Silva Soares, Presidente; António José Martins Coutinho, Vice-Presidente; Raul Alberto da Conceição Duarte; Maria Elisabete Martins Henriques, João Miguel Tavares de Almeida, Acácio Rodrigues Barbosa e Celestino Ferreira da Costa Martins, Vereadores. -----

----- Faltou à sessão o senhor Claudino da Fonseca Soares, que apresentou justificação escrita da falta, aceite pela mesa. -----

----- Seguidamente, foi submetida à apreciação a acta n.º 203, oportunamente, remetida aos membros da assembleia municipal, ficando dispensada a sua leitura. --

----- A acta n.º 203, foi aprovada por maioria, com a abstenção de Sandra Henriques da Silva; e os votos a favor dos restantes membros. -----

----- Depois, passou-se ao primeiro ponto da ordem de trabalhos. -----

-----1 - Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara -----

----- O **Presidente da Câmara** prestou esclarecimentos das matérias exaradas na informação escrita. -----

----- Após a apresentação, o presidente da assembleia municipal perguntou aos membros presentes se desejavam tecer algumas considerações ou apresentar pedidos de esclarecimento sobre a informação escrita do presidente da câmara. -----

----- Atendendo ao facto de não ter sido colocada qualquer questão, passou-se ao período de antes da ordem do dia. -----

-----2 - Período Antes da Ordem do Dia-----

----- **2.1 – Correspondência** – O presidente da assembleia municipal procedeu à leitura da correspondência recebida: -----

----- 2.1.1 – Escola Secundária com 3º Ciclo do Ensino Básico de Sever do Vouga, que através do ofício n.º 126, do passado dia 24 de Fevereiro, foi comunicada a presença dos formandos do Curso de Educação e Formação de Adultos que iriam assistir à presente sessão, com uma possível intervenção no âmbito dos temas: a) Políticas Públicas de Inclusão; b) Uma nova identidade europeia em construção: o papel da multiculturalidade e da diversidade. -----

----- Seguidamente, foram abertas as inscrições dos membros que desejassem intervir no período de antes da ordem do dia. -----

----- **2.2 – Intervenções.** -----

----- Neste ponto da ordem de trabalhos interveio o membro **Rui Manuel Pires da Silva**, através da apresentação da seguinte proposta: -----

A bancada municipal do PSD apresentou à Assembleia Municipal uma proposta

para envio de uma mensagem de solidariedade com a Região Autónoma da Madeira, a qual deveria ser alargada a todos os familiares das vítimas e aos executivos municipais e membros das assembleias municipais de todos os concelhos que foram afectados por tamanha tragédia. Deveria, também, ser comunicada a disponibilidade total para ajuda no que estivesse ao alcance dos membros desta assembleia. Mais disse que, Portugal vive, actualmente, momentos difíceis devido a causas naturais. Mas, o que aconteceu na Madeira não podia ser indiferente a ninguém. Tratou-se de uma catástrofe que vitimou dezenas de pessoas deixando centenas de pessoas sem nada e destruiu património importantíssimo da Madeira e, por sua vez, Portugal. Assim sendo, a bancada social-democrata apelou ao sentido de solidariedade com a Região Autónoma da Madeira. -----

----- O **presidente da assembleia municipal** sugeriu que a proposta apresentada fosse transformada em moção, para ser apreciada em “outros assuntos”. -----

----- Seguidamente foi dada a palavra a **Claudia Maria Rodrigues da Silva** que começou por referir que, todos estavam, certamente, solidários com a Madeira. Mas, atrever-se-ia, neste momento, a plagiar um pouco as palavras do Dr. Alberto João Jardim e de muitos madeirenses, os quais disseram que tinham, agora, de cuidar dos vivos. Assim, aproveitando essa afirmação e transpondo por analogia para este concelho, referiu que tinham a função de cuidar dos severenses, porque era essa a função dos membros da Assembleia Municipal. -----

Seguidamente, voltou a apresentar algumas matérias abordadas em sessões anteriores, designadamente, no que se referia à construção das escolas do primeiro ciclo. Assim, quanto à Escola EB1 de Couto de Esteves, disse que tinham ficado a saber que foi aprovada a candidatura, que tinham sido iniciadas as obras na Escola EB1 de Rocas do Vouga. Mas, a questão prendia-se em saber para quando estariam essas escolas prontas a receber crianças, porque os pais encontram-se ansiosos por esse dia. Transmitiu que a escola de Rocas estava a funcionar, temporariamente, em dois edifícios. Porém, havia a promessa de que seria apenas um ano lectivo de espera. Contudo, o ano lectivo vai quase a meio e desejava saber se estava pronta até 1 de Setembro de 2010, com as novas instalações prontas a receber as crianças, mas de forma plena. -----

Posto isto, disse que, também foi aqui lembrada a construção da nova E.B. 2.3, prevista para uma determinada localização. Actualmente, as circunstâncias mudaram e, portanto, já próximo do final do ano lectivo, havia indicações de que a actual escola seria renovada. Entretanto, ficaram libertos os terrenos previstos para essa obra. Também, foi transmitido pelo senhor presidente da Câmara que, nesse sítio, iria ser construída uma escola básica para as crianças do primeiro ciclo de Sever do Vouga. A escola E.B. 1 de Sever do Vouga está a funcionar em dois edifícios separados, na escola do Casal e escola do Calvário, compreendendo o maior número de alunos do concelho e, entendia, tratar-se da situação mais premente, porque a distribuição de crianças por dois edifícios contrariava os novos modelos de pedagogia educativos que têm vindo a ser alterados constantemente. Portanto, era importante saber quando se poderia ter uma escola na vila com as condições adequadas. -----

Por último, abordou um tema que considerava ser do conhecimento geral, dada a notícia publicada num jornal regional, relacionada com a construção de uma casa mortuária em Cedrim e, de acordo com todos os esclarecimentos e informações que considerava fidedignas, surgiu a notícia que aquela casa mortuária estava a ser construída de forma ilegal. Tal situação ao ser constatada poderia penalizar a população de Cedrim, que não teve culpa na decisão tomada pelos anteriores

órgãos da Freguesia, dado saber que essas obras foram iniciadas no anterior mandato e, portanto, havia pessoas implicadas e as devidas consequências. Mais grave seriam as implicações, porque também foram informados que a construção da obra de forma ilegal poderia estar sujeita a uma multa, que pode ir muito perto dos 50.000 euros, e existia a possibilidade de ser ordenada a demolição. Mas, também se sabia que a competência de aprovação dessa construção pertencia à Câmara Municipal. Portanto, não sabia ao certo o que tinha falhado nessa situação e a freguesia não possuía recursos financeiros para suportar tais encargos. Pelo que, solicitou esclarecimentos sobre esse processo, por serem úteis para o entendimento dessa matéria, que estava a gerar alguma conturbação e polémica na freguesia. -----

Na resposta, o **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que os centros escolares são construídos de acordo com o previsto na Carta Educativa aprovada. -- Quanto à previsão sobre a conclusão dos centros escolares de Rocas do Vouga e Couto de Esteves, informou que no primeiro foram iniciados os trabalhos de execução, desejando-se que seja cumprido o prazo de execução. Em relação ao segundo, comunicou que o processo está em análise no Tribunal de Contas, podendo condicionar o prazo de execução da empreitada. -----

Sobre os terrenos destinados à nova E.B.2.3, dado que já não vai ser realizado um novo edifício, informou que iriam apresentar à DREC, a proposta de construção do Centro Escolar de Sever do Vouga naqueles terrenos. -----

Relativamente, à casa mortuária que está a ser construída em Cedrim, respondeu que tinha dado entrada um projecto para construção desse edifício, cujo licenciamento carecia de um parecer do Ministério do Ambiente. Mais informou que havia um problema relacionado com o afastamento da construção em relação à linha de água. Contudo, os executivos da Câmara Municipal e Junta de Freguesia estavam a envidar os esforços para a obtenção do parecer favorável e não aplicação de qualquer coima. -----

Seguidamente, foi dada a palavra a **Álvaro de Pinho Duarte**, tendo dito que, após a sua última intervenção na sessão de 18 de Dezembro de 2009, na qual tinha manifestado preocupações e questões que considerava fundamentais para o progresso sustentável do concelho, quis agora, em nome da bancada parlamentar do PSD, alertar para o facto de ter registado com agrado a atenção do senhor presidente da Câmara sobre as questões então apresentadas. Embora, ainda não tenham tomado conhecimento de alterações significativas, razão pela qual solicitavam, então, na medida do possível, os seguintes esclarecimentos: -----

Abastecimento de água - Com a adesão à AdRA, qual o aumento dos custos de abastecimento de água a suportar pelos munícipes e ainda sobre as alterações do quadro de pessoal da Câmara, relativamente à eventual transferência dos funcionários para essa empresa. Desejavam saber, também, qual a situação do abastecimento próprio de água ao domicílio nas freguesias que não transitaram. ----

Vougapark - Na última campanha eleitoral foi colocada uma placa na antiga fábrica das Massas Vouga com a indicação do custo da obra e o prazo de execução (900 dias). No início deste mês, foi efectuada a vedação do espaço. Visitaram o complexo no início das obras. Mas, como já tinha passado praticamente um mês, e não se notavam quaisquer trabalhos, solicitavam informação sobre a evolução dos mesmos e qual a data que deveríamos considerar para efeitos de contagem do referido prazo. -----

Alertavam, para os cães à solta nessa zona, que já tinham causado acidentes. Colocando em risco as pessoas que lá residiam ou que por lá passavam. -----

Barragem de Ribeiradio – Consideravam uma obra fundamental para o

desenvolvimento do concelho e dos concelhos vizinhos. Mas, deveria avançar o mais rápido possível. Portanto, desejavam saber, qual a situação actual e os esforços que foram ou estão a ser desenvolvidos para que a obra arrancasse o mais rápido possível. Tendo havido uma sessão de esclarecimento em Couto de Esteves e sendo a Câmara Municipal uma das entidades que deveria estar presente, desejaram saber porque não se fez representar. Nessa mesma reunião, onde estiveram deputados do PSD, registou-se a falta de informação, nalguns pontos, para ser dada resposta a algumas questões colocadas pela população. Em relação aos dois últimos assuntos, deixou à consideração do Presidente da Assembleia Municipal a marcação de uma assembleia extraordinária para serem discutidos exclusivamente esses dois assuntos – Vougapark e barragem de Ribeiradio. -----
Continuou, dizendo que nas sessões poderiam, calmamente, analisar os projectos e inventariar as vantagens e desvantagens. Propuseram, ainda, a constituição de uma comissão de acompanhamento dos projectos e das obras da Vougapark e da barragem de Ribeiradio. -----

Central de Camionagem – Disse que constatavam com agrado e com desagrado que a obra estava concluída, mas abandonada ao dispor de actos de vandalismo, e não só, com portas e vidros partidos. Portanto, solicitaram esclarecimentos sobre o que faltava para o edifício começar a funcionar. -----

Segurança privada - Sabendo que os serviços da autarquia tinham agora segurança privada, desejaram saber quais os encargos daí resultantes e quais as vantagens desta decisão para os municípios. Aproveitou para informar que não havia privacidade aquando da apresentação das questões pelos municípios. Mas, com o tempo, deveria ser melhorado esse serviço. -----

Zona Industrial de Cedrim – Tendo tomando conhecimento de problemas com o novo loteamento na Zona Industrial de Cedrim, solicitaram que os informassem quais as divergências entre um abaixo-assinado apresentado pelas empresas em 9 de Julho de 2009 e a resposta do senhor presidente da Câmara em 21 de Janeiro de 2010. O diferendo será só de 2,50€ para 10,00€, no preço do metro quadrado de terreno? Quais as razões para o preço ser quatro vezes mais caro do que na compra inicial e qual o interesse da Câmara Municipal na venda desses terrenos aos empresários? Isso, numa altura em que o país, e não só, atravessa uma grave crise económica, não seria altura das autarquias locais apoiarem as empresas no seu Município criando postos de trabalho que geram riqueza? -----

Beneficiação e conservação da rede viária – Também, antes das eleições, foram colocadas placas em 50 caminhos apenas com o mapa das freguesias, nome da obra, extensão da obra e o respectivo custo. Não foi, porém, colocada informação como deveria ser sobre o início da obra e o seu prazo de execução. Desejaram que a Câmara Municipal informasse a Assembleia quais os caminhos concluídos e para quando a conclusão dos restantes.

Solicitações dos municípios - A pedido de alguns municípios, decidiram questionar qual a situação das seguintes situações: Para quando a conclusão da parte restante da estrada da Associação de Couto de Esteves? Qual a situação do caminho da Quinta do Souto Cerejeiro, também em Couto de Esteves? Qual é a situação da Escola da Granja que sofreu actos de vandalismo e, já agora, de todas as outras escolas que foram desactivadas? -----

Aproveitaram para expor, sobre o problema do acesso ao Lidl, junto ao Sobral, no sentido descendente, onde ocorrem vários acidentes, principalmente quando chove. Consideravam que devia ser vedado o acesso à Rua de São Pedro. -----
Sobre a capela mortuária de Cedrim, já foram dados alguns esclarecimentos mas

também desejaram saber o seguinte: se a Câmara Municipal, directa ou indirectamente, teve alguma ligação ao projecto inicial? Se a Câmara Municipal, directa ou indirectamente, aprovou alguma licença referente a esta construção? Se a Câmara Municipal, directa ou indirectamente, tomou conhecimento das duas obras? Se a Câmara Municipal, directa ou indirectamente, teve conhecimento de eventuais irregularidades agora tornadas públicas e o que pensava o executivo fazer em relação à construção de um edifício público construído na área da tutela do Município? Alertando para o facto dessa obra ser muito importante e necessária para a população de Cedrim. No entendimento da sua bancada, a notícia avançada pela comunicação social parecia registar querelas partidárias locais. Se assim fosse, lamentavam e acreditavam que a Câmara Municipal com a Junta de Freguesia de Cedrim iriam conseguir resolver a situação da melhor forma possível. Relativamente à coima, lamentaram que, num estado de direita, o Estado se multe a ele próprio. -----

Biblioteca – Desejavam informação sobre o mapa de pessoal daquele equipamento e quais os encargos com o pessoal afecto a esse serviço. Embora, não estarem de qualquer forma contra essa estrutura, desejavam apenas qual era a relação custos/benefício desse equipamento. -----

Por último, aproveitaram para enaltecer o facto da actualização da página Internet e da criação de um login de acesso reservado para todos os membros, alojado no site da autarquia, destinado a proporcionar a consulta de toda a informação necessária, e que, no futuro, permitia uma redução nos encargos com o envio da documentação para as reuniões e sessões. -----

Posto isto, o **Presidente da Assembleia Municipal** disse que, antes de pedir ao presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos solicitados, desejava primeiro pedir aos membros uma opinião sobre a Barragem de Ribeiradio. Informou que, em tempos, tinha sido constituída, durante dois ou três mandatos, uma comissão de acompanhamento que nunca funcionou. Agora, a obra estava no terreno e se bem interpretava as preocupações do membro Álvaro Pinho, podiam oficializar ou solicitar uma reunião ao dono de obra para transmitir essas preocupações da Assembleia Municipal e recolher informação sobre o processo. -----

Depois, concedeu a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal**, que começou por dizer que dado o número elevado de situações abordadas pelo membro Pinho Duarte, poderia não ocorrer a resposta a algum dos pontos abordados. Contudo, poderia prestar, pessoalmente, esclarecimentos adicionais sobre os mesmos, com a possibilidade de mostrar os respectivos processos. -----

Mas, das notas que tinha tomado, prestou os seguintes esclarecimentos: -----

Relativamente ao abastecimento de água, disse que, em princípio, o tarifário iria aumentar, não por termos aderido à ADRA. Mas, por imposição da directiva comunitária, que obriga à cobrança em função dos custos de exploração associados. Sobre o pessoal, informou que poucos iriam trabalhar para a ADRA e os que ficavam na autarquia, teriam de ser mobilizados para outros serviços. -----

Em relação ao Vougapark, informou que o estaleiro foi montado e a obra iria começar com algumas demolições, na próxima semana. -----

Quanto ao problema dos cães, disse presumirem que alguns sejam abandonados junto das instalações, com alguns problemas na sua captura e encaminhamento para o canil. -----

Sobre a barragem de Ribeiradio, disse que iriam entrar em contacto com as empresas do consórcio, para se tentar que seja cumprido aquilo que foi dito aquando da assinatura do contrato com o consórcio vencedor, que era dar-se

preferência a todos os subempreiteiros que possam ser de Oliveira de Frades e de Sever do Vouga. Para o concelho de Sever do Vouga já foi positivo o facto de terem arrendado uma parte das antigas instalações da sociedade Severo de Carvalho para escritórios. -----

Quanto ao Centro Coordenador de Transportes referiu que estava a ser ultimado o regulamento para estabelecimento de regras de utilização das instalações. -----

Em relação à segurança privada disse não ter sido contratada apenas para servir de apoio ao Balcão de Atendimento. Mas, essencialmente, para vigilância das instalações da autarquia, de modo a evitarem-se roubos ou actos de vandalismo. Aproveitou para sugerir às freguesias que ponderassem a contratualização de serviço igual para a defesa das instalações e equipamentos desportivos e culturais, designadamente as igrejas, muitas das quais com um valioso património. -----

Mais referiu que o Balcão de Atendimento não foi instalado definidamente no local onde está a funcionar e que brevemente iria ser mudado para novas instalações, onde se cuidará a reserva dos munícipes, quanto aos assuntos que estão a resolver.

Sobre o abaixo-assinado apresentado por alguns dos industriais da Zona Industrial de Cedrim, explicou que foi efectuada uma alteração do regulamento, com aumento da área de alguns lotes e alteração do preço por metro quadrado de terreno. Mas, tal procedimento tinha sido desencadeado pela autarquia a pedido de um conjunto de industriais, com a publicitação obrigatória das decisões e dado o direito de inquérito público, para que os interessados pudessem reclamar nesse momento. Mais disse que já houve industriais que realizaram escrituras de aquisição do terreno ao preço do actual regulamento e encontram-se numa fase de licenciamento industrial. Os demais vêm agora, alegar que não concordam com o preço. Mas, como referiu, não são obrigados a adquirir essas parcelas de terreno. Apenas, aqueles que desejam ampliar as respectivas instalações ou aumentar a área de construção admitida para o lote. -----

Sobre a empreitada dos 50 caminhos, informou já ter iniciado e não era possível indicar os prazos de execução nas respectivas placas, porque o empreiteiro vai gerindo os trabalhos a realizar nesses caminhos de acordo com os meios e equipamentos afectos. -----

Quanto às escolas desactivadas, respondeu que estavam a ser cedidas a associações de acordo com os pedidos apresentados e para as actividades propostas. -----

Relativamente ao cruzamento do Lidl disse os acidentes acontecem na maior parte das vezes devido a excesso de velocidade. -----

Disse que já tinha respondido à questão apresentada sobre a capela mortuária de Cedrim. -----

Sobre a Biblioteca Municipal prestou os esclarecimentos sobre número de funcionários afectos e do mapa de pessoal imposto pelo IPLB para o tipo de biblioteca que foi construído. Aproveitou para informar que o Espaço Internet tinha sido deslocalizado para as instalações da nova Biblioteca, por ter terminado o projecto financiado, mas a autarquia decidiu manter em funcionamento esse serviço, quer na vila como nas freguesias aderentes. -----

Por último, disse que em relação à questão formulada não poderia responder porque não era possível mensurar os benefícios da Biblioteca para se poder estabelecer uma relação de custo/benefício. Contudo, tal equipamento não foi construído com essa intenção, mas proporcionar uma maior literacia à população, o acesso às novas tecnologias e um conjunto de actividades lúdicas e de desenvolvimento cultural. -----

Seguidamente, foi dada a palavra ao membro **José Luís da Silva e Almeida**, que referiu ser redundante manifestar solidariedade à população da Madeira porque, certamente, ninguém estaria em desacordo em declarar essa solidariedade, bem como, estar disponível para apoiar a moção apresentada. Como não deveriam desaproveitar as lições da natureza, sugeriu aos responsáveis do executivo que fizessem e tomassem medidas preventivas para que, neste concelho, não venham a acontecer situações parecidas. Embora, não tendo uma orografia tão acidentada, alertava para o controlo dos caudais das águas pluviais que são conduzidos para pequenas ribeiras, bem como, para a verificação do estado das pontes ou pontões das estradas e caminhos municipais e para o estado de muros e taludes. -----
Aproveitou para lembrar que o muro ou talude que caiu em frente ao Centro Coordenador de Transporte ainda está na mesma. -----
Também, enalteceu o facto dos membros terem passado a receber a documentação em suporte informático e pedir encarecidamente ao senhor presidente da Assembleia Municipal para que nos crie condições para podermos utilizar um computador nesta assembleia, embora sabendo que isso implicava algum investimento. Mas, se lhes proporcionavam esses meios, também teriam de ter condições para os usar. -----
Por último, informou que, entretanto, a Assembleia da CIRA tinha tomado posse e, como membro eleito para representar esta entidade, iria procurar dar informação das acções e decisões da mesma nesta assembleia. -----
Na resposta, o Presidente da Assembleia Municipal referiu que iria analisar quais os meios que poderiam ser adquiridos para acesso à documentação. -----
Seguidamente, foi dada a palavra ao membro **Belmiro Manuel Marques** que apresentou várias situações, começando por referir a actuação dos praticantes e utilizadores de motas de quatro rodas, que circulam em grupo nas serras do concelho, pondo em perigo as pessoas que andam a pé nos pinhais. Perguntou se havia alguma forma de proibir o trânsito dessas viaturas. -----
Posto isto, considerando o facto de termos no concelho vários locais de grande beleza natural a visitar, sugeriu a colocação de painéis publicitários desses sítios nas vias de entrada principal do concelho, podendo ser criada como mote a “Rota da Lampreia e da Vitela”. -----
Depois, sugeriu o estabelecimento de normas sobre a plantação de árvores, designadamente de eucaliptos, junto aos caminhos, porque muitos particulares actuavam dessa forma, para evitar a perda de algum terreno, quando a autarquia se encontra a realizar a abertura ou alargamento de caminhos. E, nalgumas situações, alguns tempos mais tarde, reclamam a pavimentação desses mesmos caminhos. Portanto, alvitrou que houvesse uma norma que proibisse a plantação de árvores numa determinada distância à berma dos caminhos e estradas. -----
Continuando, falou sobre o comportamento dos madeireiros, dos estragos e restos de material lenhoso deixado nos caminhos após o corte e transporte de madeira. ----
Por último, propôs a constituição de uma comissão para análise e elaboração de uma proposta de normas a criar para serem regulamentadas e evitadas as situações expostas. -----
Na resposta, o **Presidente da Câmara Municipal** disse ser difícil resolver a questão dos *motards*, porque não se pode proibir a sua circulação por caminhos florestais, embora se saiba que danificam o piso por onde passam e podem colocar, ocasionalmente, pessoas em perigo. -----
Em relação à divulgação turística sugeriu que o vereador do pelouro tomasse nota da sugestão apresentada para ser melhorada a sinalética. -----

Quanto à plantação de eucaliptos próximo das bermas, respondeu que iria solicitar ao Gabinete Técnico Florestal da autarquia para análise e informação do que dispõe a legislação em vigor sobre essa matéria. -----

Confirmou que os restos de material lenhoso, deixado pelos madeireiros, encravam condutas e provocam estragos nas vias e que a ANMP, em tempos, tinha sugerido a criação de uma taxa para fazer face a esses danos. Mas, tal não se vislumbrava possível e, certamente, iria onerar o produtor florestal. Contudo, tomava nota e iria verificar se era possível resolver algumas das situações que ocorrem. -----

Dado não haver mais nenhuma inscrição, passou-se à ordem de trabalhos, depois de realizado um curto intervalo. -----

----- 3 - Ordem do Dia -----

3.1 - Conselho Municipal de Segurança - Tomada de Posse – Perante a Assembleia Municipal e nos termos do artigo 20.º do Regulamento e art.º 9º, do Decreto-Lei n. 33/98, de 18 de Julho, depois de terem sido convocados os membros através dos ofícios números 408 e 517, dos passados dias 18 e 25 de Fevereiro, respectivamente. -----

3.2 - Regimento – De acordo com o previsto na alínea a) do n.º 1 do art.º 46º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, na medida em que foi aprovada a recentemente versão do regimento, a mesa da Assembleia Municipal elaborou e apresentou proposta de alteração desse mesmo documento, mantendo-se todo o articulado com excepção do n.º 3 do art.º 41º, para o qual foi apresentada a seguinte redacção: -----

Artigo 41º - Convocatória -----

1- ... -----

2- ... -----

3- Sempre que haja acordo entre os membros da Assembleia Municipal e o Presidente da Assembleia Municipal, a convocatória, ordem de trabalhos e documentação possível, pode ser processada por uma das seguintes formas: -----

a) Correio electrónico, com recibo de entrega; -----

b) Suporte informático; -----

c) Plataforma electrónica da autarquia, através de área reservada. -----

4- ... -----

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 53º da Lei das Autarquias Locais, acima mencionada, foi aprovado o regimento na versão aprovada na sessão do passado dia 30/06/2006, com a alteração proposta pela mesa ao n.º 3 do art.º 41º que passará a ter a redacção acima indicada. -----

3.3 - Modificação Orçamental - Conhecimento – O presidente da câmara municipal apresentou e prestou os esclarecimentos necessários sobre as alterações introduzidas ao orçamento da despesa, através da 1ª modificação orçamental, na qual foram ajustadas algumas rubricas de despesa para as adequar às novas classificações aprovadas e comunicadas pela DGAL – Direcção Geral das Autarquias Locais. A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

3.4 - 1ª Revisão Orçamental – Depois de prestados alguns esclarecimentos sobre as principais modificações realizadas aos documentos previsionais deste ano económico, compreendidas no documento apresentado, atempadamente, aos membros deste órgão, integrando a 1ª Revisão Orçamental de 2010, que compreende a 1ª Revisão do Orçamento de Receita, com um reforço do orçamento em 700.000€ (setecentos mil euros), o Orçamento de Despesa com um reforço de 897.050€ (oitocentos e noventa e sete mil e cinquenta euros) e anulações num total de 197.050€ (cento e noventa e sete mil e cinquenta euros), o Plano Plurianual de

Investimentos com um acréscimo de 592.050€ (quinhentos e noventa e dois mil e cinquenta euros) e o Plano de Actividades com um acréscimo de 23.550€ (vinte e três mil, quinhentos e cinquenta euros), o documento foi aprovado, por unanimidade, com os votos a favor de todos os membros presentes, num total de vinte e nove. -----

3.5 - Desafecção - Rocas do Vouga – No uso da competência conferida através da alínea b), do n.º 4, do art.º 53º, da Lei das Autarquias Locais, decidiu este órgão deliberativo, por unanimidade, autorizar a desafecção do domínio público a parcela de terreno com a área de 90 metros quadrados, situada na Rua das Eiras (Azenha), correspondente ao talude que sobrou após alargamento do caminho com a denominação indicada, da freguesia de Rocas do Vouga. -----

3.6 - Conselho da Comunidade do ACES Baixo Vouga I – Como representante da Assembleia Municipal no Conselho da Comunidade do ACES Baixo Vouga I, através do membro José Luís da Silva e Almeida foi sugerida a designação de Ana Raquel Machado e Costa. -----

O membro Álvaro de Pinho Duarte solicitou a palavra para dizer que o grupo do PSD iria apoiar a proposta apresentada. -----

Assim, colocada à votação, foi designado, por unanimidade, o membro Ana Raquel Machado e Costa, para integrar o Conselho da Comunidade do ACES Baixo Vouga I, na qualidade de representante da Assembleia Municipal de Sever do Vouga. -----

3.7 - Revisão do PDM – Conhecimento – Através dos documentos disponibilizados aos membros e da explicação dada sobre essa matéria, foi dado conhecimento dos trabalhos desenvolvidos nos últimos dias, para a “Revisão do PDM de Sever do Vouga”. Foi transmitido que a informação ora prestada tinha como objectivo principal, a divulgação do trabalho que está a ser efectuado, de modo a serem apresentadas sugestões e propostas. A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

4 – Outros assuntos. – Foi submetido à apreciação e aceite por todos os membros presentes a análise e votação dos seguintes assuntos: -----

4.1 – Conselho Municipal de Educação – O membro Álvaro de Pinho Duarte informou que havia acordo entre todas as bancadas na designação do membro Mário Coutinho Martins. Portanto, foi essa a proposta apresentada. -----

Depois de submetida à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade, pelo que ficou designado o membro Mário Coutinho Martins como representante da Assembleia Municipal a integrar o Conselho Municipal de Educação. -----

4.2 – Voto de Pesar – O Presidente da Assembleia Municipal, na sequência da intervenção realizada pelo membro Rui Manuel Pires da Silva e pegando na sua iniciativa, disse muito latamente que todos concordavam em transformar num voto de pesar os acontecimentos ocorridos na ilha da Madeira, colocando à disposição dos madeirenses os seus recursos. Assim, manifestaram estar solidários com a população da Ilha da Madeira que foi afectada, transformando a proposta num voto de pesar que foi aprovado por unanimidade. Ficou, então, dito que a Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, o voto de pesar e que se colocava à disposição do povo Madeirense para o que for entendido por conveniente. -----

----- 4 – Período destinado ao público -----

Neste período foram registadas as intervenções de: -----

- Joaquim Zacarias Paulino Gabriel, de Sever do Vouga, que começou por felicitar os novos membros deste órgão e sugeriu a construção de uma ligação do lugar da Serra ao Centro de Saúde, bem como, a colocação de pavimento no centro da vila,

por se apresentar muito degradado. Aproveitou também para perguntar se não havia uma solução para o quiosque do jardim, que se encontra fechado há muito tempo. Por último, questionou se não era possível a colocação de um ecoponto para servir a população da Póvoa. -----

- Edgar Jorge Ribeiro da Silva, de Cedrim, que apresentou um apelo aos membros da Assembleia Municipal para a necessidade de revisão do regulamento da Zona Industrial de Cedrim, conforme assunto apresentado através de um abaixo-assinado por um conjunto de industriais. A sugestão apresentada destinava-se à alteração do regulamento de modo a poderem os industriais adquirir as parcelas de terreno pelo preço aprovado no regulamento inicial. -----

- Maria Célia Jesus Silva, de Silva Escura, que interveio no âmbito da turma apresentada inicialmente, para sugerir a alteração da data de realização do desfile de carnaval das escolas, para um fim-de-semana, de modo a poderem presenciar os familiares das crianças impedidos por estarem a trabalhar no dia que, habitualmente, se realiza o desfile. -----

- Tânia Augusta da Fonseca Martins, de Rocas do Vouga, que perguntou quais as políticas seguidas pelos órgãos colegiais da autarquia para a integração dos emigrantes de leste que trabalham e contribuem para o desenvolvimento do concelho. -----

Em relação às questões apresentadas pelas duas alunas, acompanhadas pela professora Dr.^a Paula Duarte, disse o presidente da assembleia municipal que, oportunamente, seriam objecto de análise e resposta por escrito. Agradeceu a presença atenta dos formandos do Curso de Educação e Formação de Adultos, que acompanharam todos os momentos e trabalhos da Assembleia Municipal. -----

Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja acta em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir eficácia imediata, tendo sido elaborada a presente acta, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por quem a redigiu. -----
